



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Eixo temático: Trabalho, Questão Social e Serviço Social

Sub-eixo: As particularidades da contradição capital x trabalho no capitalismo dependente

FORMAÇÃO SOCIAL BRASILEIRA E QUESTÃO SOCIAL: AS CONTRIBUIÇÕES DE FLORESTAN FERNANDES

YASMIN DE OLIVEIRA MATOS AZEVEDO¹

ADRIANA DE OLIVEIRA SANTOS²

ERMILDES LIMA DA SILVA³

ANA CLARA DE CARVALHO ANDRADE⁴

SHEILA ROCHA DA SILVA MONTEIRO⁵

RESUMO:

Esta comunicação resulta do estudo de duas importantes obras de Florestan Fernandes, por se relacionarem diretamente com a nossa abordagem sobre questão social no Brasil. O texto está subdividido em dois itens, apresentando em linhas gerais os temas relativos à formação social brasileira. Defende que o Serviço Social deve se referenciar nas categorias analíticas de Florestan Fernandes, as quais fortalecem a compreensão de aspectos políticos e sociais importantes.

Palavras-chave: Questão Social, formação social, capitalismo dependente, Serviço Social.

ABSTRACT:

This communication results from the study of two important works by Florestan Fernandes, as they relate directly to our approach to social issues in Brazil. The text is subdivided into two items, presenting in general terms the themes related to Brazilian social formation. It argues that Social Work should be based on Florestan Fernandes'

¹ Universidade Federal da Bahia

² Universidade Federal da Bahia

³ Universidade Federal de Alagoas

⁴ Universidade Federal da Bahia

⁵ Universidade Federal da Bahia

analytical categories, which strengthen the understanding of important political and social aspects.

Keywords: Social Question, social formation, dependent capitalism, Social Service.

1 INTRODUÇÃO

Esta comunicação resulta do debate sobre a formação social brasileira, realizado no âmbito do grupo de estudos e pesquisa “Serviço Social, questão social e política social”, vinculado ao PPGSS/UFBA. Consideramos importante destacar as contribuições de Florestan Fernandes, dadas as lacunas de estudos aprofundados na formação em Serviço Social. Em nossos estudos sobre a formação das classes sociais no Brasil, encontramos, especialmente, nas obras *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina* e *Revolução Burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*, análises críticas fundamentais para compreensão da particularidade histórica do Brasil, na complexa articulação do capitalismo dependente à totalidade do sistema capitalista global. Com isto, objetivamos apresentar uma breve síntese destes dois livros, por se relacionarem diretamente com a nossa abordagem sobre a questão social.

Nascido em 1920 na cidade de São Paulo, Florestan Fernandes é sem dúvidas um dos maiores intelectuais e um clássico do pensamento social brasileiro. Com trajetória de vida semelhante a grande massa da população, vivenciou as *agruras* da classe trabalhadora brasileira. Passadas quase três décadas de sua morte, continua presente o grande intelectual que se manteve ligado à sua origem social, com o compromisso teórico-militante de pensar a nossa formação social. Com originalidade, tratou de diversos temas, desde a teoria sociológica, a questão racial, o folclore, a política, o Estado, as classes sociais e o socialismo. Sem abrir mão do rigor teórico, demonstrou que a criticidade do pensamento e a militância socialmente comprometida constituem características importantes de um pensador crítico, que não dissocia a ciência e a ideologia, embora reconheça a unidade na diversidade que as conformam.

Um mergulho em suas obras nos permite apreender a preocupação com a complexa formação social brasileira, de modo que o desenvolvimento econômico, social e político do Brasil não foi um pano de fundo em seus estudos, mas o centro de suas análises. Não à toa, participou do acalorado debate sobre a revolução brasileira, subdesenvolvimento e dependência, ao longo



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

das décadas 1960/1970, ocasião que um conjunto heterogêneo de intelectuais centraram atenção à realidade brasileira e latino-americana.

Publicado em 1972, *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina* é composto por três ensaios escritos entre 1969 a 1971, um período marcado pelas ditaduras empresariais-militar na América Latina. A escrita do livro ocorreu em meio a aposentadoria compulsória por força do AI-5 [1969 da Universidade de São Paulo], o exílio no Canadá e Estados Unidos e o retorno ao Brasil no final de 1972.

Em *Revolução Burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*, originalmente publicado em 1975, as análises do autor transcendem o tempo de sua criação. Com textos escritos em diferentes momentos, o livro condensa a maturação teórica e analítica do autor, sobre a constituição da sociedade moderna no Brasil, os elos entre capitalismo dependente e autocracia burguesa, perseguindo teoricamente a dupla articulação do arcaico e do moderno.

Sobre o impacto do golpe iniciado no Brasil em 1964 e como um sociólogo preocupado com os problemas da classe trabalhadora, há notadamente uma maior investida do autor à crítica ao padrão de desenvolvimento capitalista, a sociedade de classes e o Estado democrático. As análises sobre as relações de classes e a dinâmica histórica de inserção dos países de capitalismo dependente à estrutura econômica mundial adquirem centralidade nas suas contribuições teórico-metodológicas nesse momento mais tardio de sua trajetória.

Este texto faz uma breve síntese desses livros destacados, subdividindo a exposição em dois itens; no primeiro, recuperamos os elementos centrais do autor para a compreensão da formação social brasileira; no segundo, demarcamos a presença de Florestan no debate contemporâneo sobre a questão social no serviço social brasileiro; no terceiro, tecemos algumas considerações relacionadas ao nosso compromisso ético-político.

2 A FORMAÇÃO SÓCIO-HISTÓRICA DO BRASIL EM FLORESTAN

Ao buscar evidenciar a dinâmica de desenvolvimento do capitalismo dependente, Florestan Fernandes expressa as determinações externas e internas que conformam particularidade às sociedades latino-americanas na totalidade da economia mundial. O autor retoma o processo histórico e econômico da dominação externa na América Latina e o classifica em quatro fases: colonialismo, neocolonialismo, imperialismo e imperialismo total, compondo os complexos



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

dinamismos de ruptura e recomposição da formação do que chamará de sociedade de classes. Segundo ele, cada fase será demarcada por particularidades interatuantes, que dão origem a momentos históricos específicos e denotam interesses de parcelas da sociedade em busca de legitimidade.

Em sua análise, a sociedade colonial constitui-se como uma sociedade estamental escravista, presente no processo de expansão capitalista a partir do século XVI, sobretudo pela dominação das metrópoles Ibéricas (Espanha e Portugal) nas colônias latino-americanas. Marcada por relações político-jurídicas, as metrópoles se apropriaram do excedente econômico por meio do monopólio do comércio externo das colônias. Para extração desse excedente, por meio do monopólio do comércio externo, tinha-se na base a produção de bens primários para exportações, baseado no trabalho forçado dos nativos e escravizados africanos, em uma relação hierárquica entre as coroas e as colônias.

Essa primeira fase da dominação externa, classificada de colonialismo, perdurou do século XVI ao XIX e, em suas palavras (Fernandes, 2009, p. 23), por meio de [...] “uma combinação de estamentos e castas produziu uma autêntica sociedade colonial, na qual apenas os colonizadores eram capazes de participar das estruturas existentes de poder e de transmitir posição social através da linhagem ‘europeia’”.

Segundo o pensamento do autor, essas estruturas estabeleceram um “trato” entre colonizadores e Coroas que, embora desigual, reforçava interesses pela repartição da dominação e exploração do trabalho, pois criava-se um favorecimento permanente em detrimento dos povos nativos, africanos e mestiços, que eram dilapidados de sua condição humana, enrijecendo a incapacidade de serem integrados nacionalmente. Posteriormente, essa tese contribuiu para enriquecer a perspectiva de dependência que Florestan traça e aprofunda em seus ensaios, desvelando a dinâmica necessária de manutenção de um padrão aristocrático.

Com a crise do colonialismo, dá-se origem ao que o autor chama de neocolonialismo, demarcado pelo interesse de outros países europeus, em especial do império britânico, no comércio local das colônias, estruturando o mercado para a exportação imediata de produtos de base. Neste período, devido às fragilidades econômicas de Portugal e Espanha, às guerras na Europa e aos movimentos de descontentamentos internos nas colônias o controle que antes se baseava nas relações político-jurídicas, passa a ser assentado pelas relações de mercado, ainda que a manipulação econômica tenha se beneficiado da estrutura colonial para a participação de setores específicos da sociedade na atividade mercantil. A participação da Inglaterra nesse

processo constituiu-se nas protoformas do capitalismo para o centro das colônias, impulsionando o desenvolvimento bancário e a economia de exportação.

Há nessa fase uma transformação nas formas de dominação, tornando-se indireta, fundamentadas em relações econômicas e financeiras, com o respaldo do poder militar e político da Inglaterra. Apesar de ter um caráter indireto, Florestan defende que a dominação externa se perpetuou como uma realidade “concreta e permanente”, visto que as estruturas mercantis e políticas de sustentação do *status quo* já estavam bem consolidadas. Não obstante, identifica-se que parte do excedente econômico continuou sendo incorporado pelos países centrais, sustentando a acumulação de capital no centro. Sem grandes alterações na dinâmica de produção e apropriação do excedente econômico, ocorreu a intensificação da divisão internacional do trabalho, sobretudo para o financiamento da revolução industrial europeia (Castelo, 2012). Esta fase, denominada de neocolonial, se estendeu até meados do século XIX.

A terceira fase da dominação externa da América Latina, o imperialismo, ocorreu nos finais do século XIX e aprofundou a relação entre a periferia e o centro do capitalismo mundial. Com as anteriores e movimentos dialéticos que antecederam esta fase, há rupturas e novos dinamismos, (re)atualizando os modelos de submissão econômica e perpetrando outras dimensões de maneira direta: a cultura, a política e a sociedade. Assim, nas palavras do autor (Fernandes, 2009, p. 26) “as influências externas atingiram todas as esferas da economia, da sociedade e da cultura”, seja pelos mecanismos indiretos do mercado mundial e também “através de incorporação maciça e direta de algumas fases dos processos básicos de crescimento econômico e de desenvolvimento sociocultural”, de modo que “a dominação externa se tornou imperialista, e o capitalismo dependente surgiu como uma realidade histórica na América Latina.

O imperialismo que se instaurou, sobretudo a partir do século XIX, forneceu contornos do padrão das elites locais e externas, que permanecem até os dias atuais. Florestan nos convoca a pensar na formação do capitalismo dependente como uma realidade que, não é apenas produto de uma evolução histórica, mas uma renovação constante e necessária, subsidiada por mecanismos internos e externos, para a manutenção do modelo capitalista como conhecemos.

No período pós II Guerra Mundial, com hegemonia dos Estados Unidos, tem-se outra fase da dominação externa, apresentada como “imperialismo total” (Fernandes). Nessa fase, identifica-se uma intensificação do processo de internacionalização do capital, com o surgimento das grandes corporações multinacionais que penetram e dominam a América Latina. Há, portanto, novos padrões de produção, consumo, concorrência, propaganda, comunicação e marketing.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Desta forma, as grandes multinacionais potencializaram o controle externo e as dinâmicas de exploração. Longe de propiciar uma ruptura com o histórico subdesenvolvimento e dependência da região, assim como “a ilusão de uma revolução industrial liderada pela burguesia nacional foi destruída, conjuntamente com os papéis econômicos, culturais e políticos estratégicos das elites no poder latino-americano” (Ibid., p. 28).

Essas fases, demarcadas as suas características singulares, evidenciam o processo de desenvolvimento do capitalismo dependente e a dinâmica heteronômica da inserção ao mercado mundial. Como síntese, salienta Fernandes (p. 28): “a dominação externa, em todas as suas formas, produz uma especialização geral das nações como fontes de excedente econômico e de acumulação de capital para as nações capitalistas avançadas”.

Ainda que de maneira preliminar, sem realizar o aprofundamento do debate nos limites desta comunicação, faz-se necessário destacar a categoria sociológica *capitalismo dependente*, apresentada por Florestan que, explica a dinâmica da dependência econômica incorporando os mecanismos de desenvolvimento do capital; ou seja, essa dinâmica é parte das engrenagens que alimentam a estrutura do modo de produção capitalista, onde se expropria e se incorpora o excedente econômico dos países periféricos como base para acumulação.

Merece destaque o fato que, nas obras do autor, torna-se evidente o caráter autocrático das burguesias locais, limitadas pelo controle externo dos países centrais, mas interessadas em manter o padrão de superexploração das camadas mais baixas, em um reflexo de anos de economia colonial. Esse elemento nos permite compreender as determinações externas e internas da dependência e do histórico papel desempenhado pela burguesia, especialmente a brasileira. Para Florestan, não se compreende a constituição da classe burguesa brasileira a partir da ótica da formação capitalista em países europeus, reproduzida em esquemas corporativos e mecanicistas.

Em a *Revolução Burguesa no Brasil*, Fernandes (2020) rebate as teses que defendiam a existência de uma sociedade feudal no Brasil. O autor é categórico em afirmar que não houve feudalismo no Brasil, assim como não tivemos o “burgo”. A burguesia nasce no país como uma entidade especializada, tanto na figura do agente artesanal inserido na rede de mercantilização da produção interna, quanto como negociante. Para Fernandes (2020), o marco da Independência rompe com o estatuto colonial, da economia sustentada pelo escravismo e a grande lavoura exportadora, e assim, criando condições de expansão da burguesia, contudo, coexistindo o arcaico e o moderno.

Ele destaca que a Independência teve um duplo caráter contraditório: um elemento revolucionário e outro conservador. O elemento revolucionário estava no propósito de superar uma ordem social herdada da sociedade colonial, requisito necessário para que ela adquirisse a flexibilidade e autonomia necessária para uma sociedade nacional. Já o elemento conservador se revelou no propósito de preservar e fortalecer uma ordem social que não possuía condições materiais e morais o suficiente para a construção de uma nação livre.

A permanência da grande lavoura e mineração impôs a necessidade de perpetuação das estruturas coloniais, como o trabalho escravo, extrema concentração de renda e monopólio do poder por reduzidas elites, com a marginalização de homens livres que não conseguiam se integrar na sociedade civil e a permanência, camuflada, da dependência nacional às relações econômicas, diplomáticas e políticas das grandes potências capitalistas. Portanto, o estatuto colonial foi condenado e superado no plano jurídico-político, mas, mantendo seu substrato material, econômico e moral, que se perpetuou e serviu de suporte para a construção de uma sociedade nacional. Como analisado, “na periferia, é, por excelência, um fenômeno essencialmente político, de criação, consolidação e preservação de estruturas de poder predominantemente políticas, submetidas ao controle da burguesia ou por ela controláveis em quaisquer circunstâncias.” (Fernandes, 2020, p. 361).

Nas sociedades nacionais dependentes, de origem colonial, o capitalismo é introduzido antes da ordem social competitiva. Este se defronta com estruturas econômicas, sociais e políticas elaboradas sob o regime colonial, apenas ajustado de forma parcial aos padrões capitalistas da economia. No processo de eclosão da revolução burguesa, o rompimento com o estatuto colonial não se dá de forma definitiva, dado que as estruturas econômicas, sociais e políticas, herdadas do mundo colonial, interferem no movimento do mercado mundial e restringe o crescimento econômico interno.

No Brasil, não só as estruturas econômicas, sociais e políticas do colonialismo moldaram a formação da sociedade nacional em base competitiva, como determinou, a curto e longo prazo, o alcance dos dinamismos econômicos absorvidos do mercado mundial, remodelados por determinações das economias centrais. Desta forma, Fernandes (2020, p. 357) é enfático quando afirma que “o crescimento capitalista se dá acelerando a acumulação de capital ou modernização institucional, mas mantendo sempre a expropriação capitalista externa e o subdesenvolvimento relativo, como condições e efeitos inelutáveis”.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

O caráter duplamente articulado da economia dependente significa a apropriação dual do excedente econômico, a partir de dentro, pela burguesia nacional e a partir de fora, pelas burguesias das nações capitalistas hegemônicas, pressionando o padrão imperializado (dependente e subdesenvolvido) de desenvolvimento capitalista, o que gera uma hipertrofia de fatores sociais e políticos da dominação burguesa. A concentração social extrema de riqueza, o escoamento externo de grande parte do excedente econômico nacional, a persistência de formas pré-capitalistas de trabalho, em contraste com altos níveis de aspiração à democratização econômica, sociocultural e política, obstruem a função política da burguesia. Se estabelecem, então, requisitos sociais e políticos de dominação burguesa que se distanciam do desenvolvimento capitalista das nações imperialistas.

O que se torna concreto é uma dissociação entre desenvolvimento capitalista e democracia, por consequência, a associação entre desenvolvimento capitalista e autocracia. Fernandes (2020) destaca que quanto mais se aprofunda a transformação capitalista, mais as nações centrais e hegemônicas necessitam da periferia dependente e não apenas de uma burguesia interna articulada em bases nacionais, mas uma burguesia forte para realizar todas as funções políticas repressivas da dominação burguesa. Com a expansão do capitalismo monopolista, essa necessidade se potencializa sob o imperialismo total, já que com o fim da Segunda Guerra Mundial, ao enfrentar a luta contra regimes socialistas, as nações hegemônicas passaram a depender das burguesias nacionais dependentes para preservar ou consolidar o capitalismo na periferia.

Assim, o autor (2020) entende que o caráter dependente e a dominação imperialista impediram que as burguesias periféricas tenham base material para concretizar seu papel político. Por isso, é muito difícil deslocá-la politicamente através de pressões e tensionamentos dentro da ordem capitalista, não havendo espaço para o desenvolvimento de uma democracia típica de caráter burguês. A burguesia nacional não luta apenas pela manutenção do seu privilégio de classe, mas por sua sobrevivência e pela sobrevivência do capitalismo.

Destarte, sob a situação de dependência, a classe dominante não possui autonomia para conduzir e completar a revolução nacional. Essa forma de dominação burguesa é uma chave para explicar a parte que nos coube no capitalismo, denominado por Fernandes (2020) como *capitalismo selvagem*. O capitalismo dependente gera uma formação de burguesias que não conseguem fazer algo além de utilizar os recursos institucionais, materiais e humanos que



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

possuem à sua própria disposição, nos estreitos limites dos seus interesses e valores de classe. Afirma o autor (2020, p. 379):

Elas contêm ou sufocam por essa razão, as impulsões societárias tão conhecidas ao igualitarismo, ao reformismo e ao nacionalismo exaltado de tipo burguês pacíficos ou violentos, da ordem social competitiva. Ao mesmo tempo, fomentam e exaltam outras impulsões societárias de tipo burguês igualmente bem conhecidas, ao racionalismo acumulador e expropriativo, ao egoísmo, ao exclusivismo e ao despotismo de classe, conferindo-lhe, por meios pacíficos ou violentos, predominância na elaboração histórica da ordem social competitiva.

Pode-se concluir, na demonstração teórica do autor, que as reformas não são capazes de superar o estado de subdesenvolvimento do Brasil e países da América Latina, assim como não é possível a consolidação de uma ordem democrática, ainda que nos limites de uma democracia burguesa. Sendo um autor de grande importância para o estudo da sociedade brasileira, leva-nos a encontrar a trilha de suas contribuições para o debate sobre a questão social no Brasil.

3 FLORESTAN E O DEBATE CONTEMPORÂNEO DA QUESTÃO SOCIAL

Nas últimas décadas o Serviço Social vem realizando um movimento teórico-metodológico que busca compreender, a partir da formação econômico-social brasileira, as determinações sociais que culminaram na emergência da chamada *questão social*, conceito que demarca os conflitos e contradições provenientes da relação entre capital e trabalho na sociedade capitalista madura, e objeto do trabalho profissional de assistentes sociais. A perspectiva de nossos estudos é que, para compreender a questão social não basta a dimensão estrutural, é preciso articular as dimensões histórica e política, para se evidenciar o papel da luta de classes no campo das relações sociais capitalistas. Este movimento tem se apresentado, na medida em que a análise da questão social tem exigido ultrapassar as barreiras da imediatividade aparente, materializadas a partir das suas expressões, demandando uma leitura na perspectiva da totalidade social.

Nosso processo de investigação nos levou ao debate sobre a constituição das classes sociais no Brasil, em suas determinações históricas. Encontramos em Florestan Fernandes importantes apontamentos teóricos, especialmente, na exposição de categorias sociológicas que explicitam o detalhamento histórico e de como esses se localizam na dinâmica do capitalismo global (Florestan, 1975). Esta lente possibilita uma conexão entre o movimento do passado e presente, no qual o acirramento dos antagônicos interesses da luta de classes suscita um



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

conhecimento mais aprofundado dos aspectos que determinaram a ordenação e a operacionalização dos mecanismos de superexploração⁶ da força de trabalho, sobretudo ao considerarmos a dinâmica sociorracial. Cumpre destacar a contribuição de Florestan à análise crítica da particularidade latino-americana, em sua compreensão dialética da realidade, ao apontar a questão racial como ponto de partida fundamental na conformação das classes sociais.

Fernandes (1989), chama atenção para a inferiorização política do/a negro/a no cerne da luta de classes, enfatizando sobre a importância de olhar para os processos históricos, no qual grupos historicamente discriminados se encontram marginalizados, o que implica na própria inconsciência de classe como contribuição sócio-política para a transformação social almejada. Florestan apontou a questão nos seguintes termos:

Os mitos existem para esconder a realidade. Por isso mesmo, eles revelam a realidade íntima de uma sociedade ou de uma civilização. Como se poderia, no Brasil colonial ou imperial, acreditar que a escravidão seria, aqui, por causa de nossa “índole cristã”, mais humana, suave e doce que em outros lugares? Ou, então, propagar-se, no ocaso do século XIX, no próprio país no qual o partido republicano preparava-se para trair simultaneamente à ideologia e à utopia republicanas, optando pelos interesses dos fazendeiros contra os escravos, que a ordem social nascente seria democrática? Por fim, como ficar indiferente ao drama humano intrínseco à Abolição, que largou a massa dos ex-escravos, dos libertos e dos ingênuos à própria sorte, como se eles fossem um simples bagaço do antigo sistema de produção? Entretanto, a idéia da democracia racial não só se arraigou. Ela se tornou um mores, como dizem alguns sociólogos, algo intocável, a pedra de toque da “contribuição brasileira” ao processo civilizatório da Humanidade (Florestan, 1989, p. 13).

Para ele (1989, p. 19):

Não obstante, desvinculada da estrutura de classes da sociedade brasileira atual, da marginalização secular que tem vitimado o negro nas várias etapas da revolução burguesa e da exploração capitalista direta ou da espoliação inerente à exclusão, os estoques raciais perdem o seu terrível potencial revolucionário e dilui-se o significado político que o negro representa como limite histórico da descolonização (negativamente) e da revolução democrática (positivamente).

Esta indicação de análise da formação de classes no Brasil, localizando a questão racial no período de escravidão e após este, encontramos similitudes com as contribuições de intelectuais como Clóvis Moura, Abdias do Nascimento e Lélia Gonzalez, cujas elaborações são essenciais para a análise da complexa formação econômico-social brasileira. Esses autores e autora

⁶ No compromisso teórico de pensar criticamente a realidade brasileira, em 1973, Ruy Mauro Marini publica o livro *Dialética da Dependência*, nele o autor discorre sobre o capitalismo dependente como um capitalismo *sui generis e demarca a superexploração como categoria central no estudo do capitalismo dependente*. Para o autor “a superexploração é melhor definida pela maior exploração da força física do trabalhador, em contraposição à exploração resultante do aumento de sua produtividade, e tende normalmente a se expressar no fato de que a força de trabalho se remunera abaixo de seu valor real (Marini, 2005, p. 13). Foge dos limites deste ensaio traçar uma leitura capaz de elucidar os elementos de aproximações e divergências entre Fernandes e Marini, embora seja indicativo ressaltarmos que ambos trazem contribuições fundamentais para apreensão da realidade concreta latinoamericana.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

apresentam elementos fundamentais na contraposição dos paradigmas eurocentrados, ditos hegemônicos, que subsidiaram e permanecem até os dias atuais, no pensamento social brasileiro, no qual o mito da democracia racial se reproduz como mecanismo de negação dos determinantes de nossa formação social, quais sejam: o *escravismo*, o *colonialismo*, o *imperialismo* e o *racismo* (Moura, 1983), constituintes da conformação das desigualdades sociais no Brasil.

Como matriz de análise, Florestan destaca a dominação de classes presente em nossa sociedade, desde o passado senhorial e colonial, gerando um capitalismo de efeito devastador para a classe trabalhadora, a quem cabe a tarefa de construir uma democracia plena. Como afirma (Fernandes, 2018, p. 99):

O Estado de direito tornava-se uma presa fácil de setores dirigentes das classes dominantes, empenhados em “impedir a anarquia da sociedade”, em tratar todos os problemas sociais “como casos de polícia” e em refazer as técnicas pelas quais a apatia provocada e o “fatalismo” conformista podiam ser produzidos na escala das exigências da situação. No passado remoto e recente, a norma era: o escravo é o inimigo público da ordem; nos tempos modernos, a norma tornou-se: o colono, o camponês e o operário são o inimigo público da ordem. Portanto, uma forma ultraviolenta de despotismo aberto superpôs-se à constituição do regime de classes e preservou um padrão neocolonial de sociedade civil, pelo qual a democracia é uma necessidade e uma regalia dos que são gente.

Ao analisar os *padrões de dominação externa da América Latina*, Florestan (2009, p. 21) destaca que há uma “incapacidade dos países latino-americanos de impedir sua incorporação dependente ao espaço econômico, cultural e político das sucessivas nações capitalistas hegemônicas”, dada a velocidade do seu desenvolvimento e, ainda, enfatiza que, “antes de mais nada, o capitalismo transformou-se, através da história, segundo uma velocidade demasiado acelerada para as potencialidades históricas dos países latino-americanos”. A própria forma pela qual se estabeleceu o processo de colonização, desenhou a posição de subordinação econômica. Diz o autor (2009, p. 22):

(...) a docilidade dos interesses privados latino-americanos em relação ao controle externo não constitui tão-somente um estratagema econômico. Trata-se de um componente dinâmico de uma tradição colonial de subserviência, baseada em fins econômicos, mas também na cegueira nacional, até certo ponto estimulada e controlada a partir de fora.

O padrão subserviente de capitalismo dependente articula-se ao debate que o autor realiza sobre o tema da revolução, para o qual ele indica duas possibilidades: (i) realizar a revolução dentro da ordem, o que em outras palavras, significa empreender uma reforma capitalista, dentro do capitalismo, com vistas à implementação de um conjunto de ações que



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

sejam capazes de criar bases concretas para superar a relação de dependência estrutural; (ii) realizar uma revolução contra a ordem capitalista dependente, sob a direção popular, de orientação socialista, para uma ruptura radical. A esta última Florestan dá maior ênfase, assinalando como caminho para a libertação. Dentre as muitas leituras, marcamos a contribuição teórico-política para compreensão da perspectiva de revolução, tornando-se uma categoria promissora para entender as lutas, a realidade econômica e social da sociedade brasileira, para efetivar projeto societário que vise a emancipação da classe trabalhadora.

Sendo assim, a revolução proletária está alinhada ao desenvolvimento geral da sociedade brasileira, com vistas à superação de todas as formas de discriminação étnica, racial e cultural. Em nosso modo de compreender a questão social, o lugar das lutas sociais e dos enfrentamentos dos trabalhadores não deve ser contornado apenas conceitualmente e nesse sentido, as indicações de Florestan são imprescindíveis. A nosso juízo, sua contribuição teórica permanece relevante para qualquer estudo que busque entender as raízes e os mecanismos das desigualdades sociais no país.

São muitas as contribuições de Florestan Fernandes para o conjunto das ciências sociais, sobretudo aquelas que, além de explicações da realidade, estão também comprometidas com a sua transformação social, por isto, sendo um sociólogo militante, suas contribuições teóricas e analíticas são valiosas para o pensamento social brasileiro. Além de que, sendo um sociólogo militante, é um grande exemplo para uma área como a nossa, que tem na intervenção sua base de formação e como horizonte um projeto ético-político.

O que aqui queremos destacar é a necessidade de nossa formação profissional ter este autor como uma referência analítica sobre a realidade brasileira. Os estudos de Netto (2007), Iamamoto (2008), Behring (2008), Santos (2012), entre outros, trazem referências a Florestan Fernandes e a outros autores da tradição sociológica da Universidade de São Paulo⁷, porém, a influência do nosso autor não se traduz em indicações frequentes para a leitura direta à sua obra, permanecendo não muito estudado e debatido amiúde nos cursos de Graduação em Serviço Social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

⁷ Citamos alguns nomes da chamada "Escola Paulista de Sociologia": Francisco Weffort, Francisco de Oliveira, Florestan Fernandes, Octavio Ianni e José de Souza Martins. Notadamente que, embora da mesma escola, estes autores trazem em suas obras diferenciações teóricas nos seus objetos de estudos e em suas abordagens.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Embora não possamos ser categóricas em nossas conclusões, estamos arriscando afirmar que cabe a indicação de Fernandes no aprofundamento sobre a dimensão histórica da formação social brasileira e sobretudo, no que ainda devemos pesquisar sobre as características da questão social no Brasil. A nosso ver, ter na produção de conhecimento em Serviço Social a referência às categorias analíticas de Florestan Fernandes, permite fortalecer e compreender aspectos políticos e sociais relativos à revolução proletária, como também se estabelece de maneira simultânea a construção de um conjunto de ferramentas que são indispensáveis aos assistentes sociais, para atuarem de forma crítica, considerando a necessidade de apreensão das expressões da questão social.

O que Fernandes nos ensina é a mirada da formação social na dinâmica *econômica mundial*, e sobretudo, como os modos de produção constituíram as dimensões sociais, políticas, culturais e ideológicas que particularizam formações sociais específicas, como é o caso do Brasil. Segue em aberto e, portanto, como necessidade, o entendimento da formação das classes sociais na forma como aqui se desenvolveu o capitalismo dependente e por extensão, os processos tidos como “revoluções pelo alto”, na constituição do Estado e sua relação com as ideologias liberais e autocráticas, terreno da elaboração e execução de políticas sociais.

Para o Serviço Social, o molde revolucionário de Fernandes tem muito a alimentar o compromisso com a classe trabalhadora, quando se consolidou um projeto profissional na perspectiva crítica. Em nossos estudos, seguimos buscando ampliar nossa consciência de classe, encontrando caminhos para contribuir com processos de transformação social.

REFERÊNCIAS

ABEPSS. Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social. Edição Comemorativa trilingue 25 anos das Diretrizes Curriculares da ABEPSS. Disponível em: https://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento_202303021650422939500.pdf. Acesso em 08 de jul. 2024.

CASTELO, R. Subdesenvolvimento, capitalismo dependente e revolução: Florestan Fernandes e a crítica da economia política desenvolvimentista. 2012. Disponível em: <https://www.marxismo21.org/wp-content/uploads/2012/11/R-C-Branco-FF.pdf>. Acesso em 30 de jun. 2024.

BEHRING, E. R. Brasil em Contra-Reforma. Desestruturação do Estado e perda de direitos. . 2. ed. São Paulo: Editora Cortez, 2008.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

FERNANDES, F. O que é revolução. Edição 1. São Paulo: Expressão Popular, 2018. 130p.

FERNANDES, F. A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica. Curitiba: Kottler Editorial; São Paulo: Editora Contracorrente, 2020.

FERNANDES, F. Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina. 4ª ed. São Paulo: Global, 2009.

FERNANDES, F. Significado do protesto negro. Autores Associados, Coleção polêmicas do nosso tempo, v. 33. São Paulo: Cortez, 1989.

IAMAMOTO, M. V. Serviço social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social. 2. ed. São Paulo: Editora Cortez, 2008.

IANNI, O. A sociologia de Florestan Fernandes. *Estudos Avançados*, n.10, vol. 26, p. 25-33, 1996. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/tWXJzCGy9pK7wWBSbvVET7Q/#>. Acesso em: 30 de jun. 2024.

MARINI, R. M. Sobre a Dialética da dependência. In: TRASPADINI, R.; STEDILE, J. P. (org.). Ruy Mauro Marini: vida e obra. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

MOURA, C. Escravidão, colonialismo, imperialismo e racismo. *Afro-Ásia*, Salvador, n. 14, 1983. DOI: 10.9771/aa.v0i14.20824. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/20824> . Acesso em: 3 jul. 2024.

NETTO, J. P. A construção do projeto ético-político do Serviço Social. In: MOTA, Ana Elizabete da et al. Serviço social e saúde: formação e trabalho profissional. Rio de Janeiro: Cortez, 2006. p.1 - 22.

NETTO, J. P. Ditadura e Serviço Social: Uma análise do Serviço Social no Brasil no pós-64. 10. ed. São Paulo: Editora Cortez, 2007.

SANTOS, J. S. "Questão Social": particularidades no Brasil. São Paulo: Editora Cortez, 2012.



**Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social**

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

**Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social**



**Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social**

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

**Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social**